

Boletim de Conjuntura

Informativo bimestral produzido pela Pro Teste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Novos rumos para a poupança

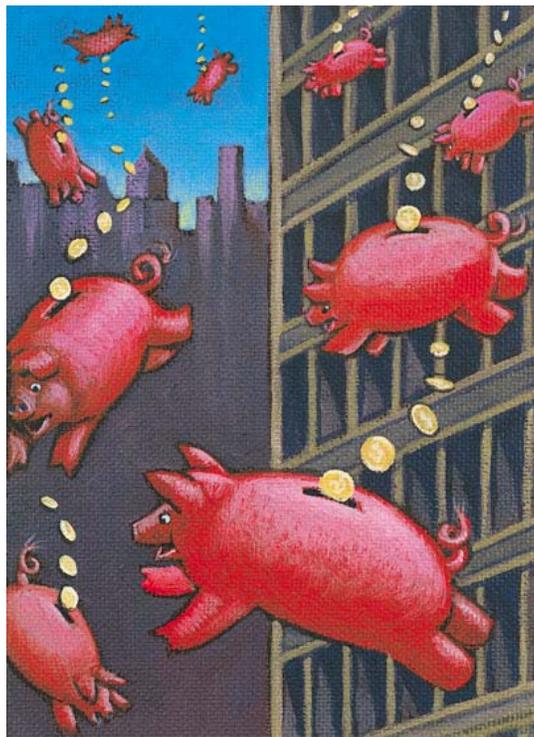
O Brasil, país historicamente de juros altos, se volta agora para possíveis “problemas” que o processo de queda da taxa de juros ocasiona. Esta conjuntura nos leva a repensar o sistema que interliga a taxa de juros da economia, os investimentos atrelados a esta taxa, o sistema de rendimentos da poupança, os recursos para financiamento imobiliário e para o pagamento de dívida pública, entre outros.

Desde que o Banco Central iniciou a redução dos juros básicos da economia brasileira, o Governo pensa em uma forma de alterar as regras da caderneta de poupança. Isso porque ela tem uma taxa fixa de rendimento, enquanto os demais fundos têm seus ganhos variáveis.

A trajetória de queda na taxa básica de juros diminuiu os ganhos dos fundos de investimentos em renda fixa, que são compostos basicamente por títulos públicos, depósitos interbancários (DIs) e certificados de depósitos bancários (CDBs). Isso coloca a poupança como opção atrativa não pelo seu rendimento propriamente dito, mas porque, comparativamente aos fundos, ela apresenta vantagens, como a não incidência de taxas de administração (bastante variável e elevada entre diversos bancos) e nem Imposto de Renda, além do simples fato de ter um rendimento mínimo de 0,5% ao mês, e, obviamente, o risco praticamente nulo. Como solução, o governo pretende acabar com a isenção de imposto para aplicações mais altas na caderneta a partir de 2010. Porém, para que isto aconteça, é preciso que a medida passe primeiramente pelo Congresso, o que tem se demonstrado bastante improvável já que a medida é muito impopular entre os parlamentares. Fato é que, a medida passando ou não, é fundamental que se levantem algumas questões:

- O cenário de juros menores estaria evidenciando o peso das taxas de administração, que torna os fundos menos competitivos em relação à caderneta de poupança?
- O sistema de poupança hoje vigente se sustenta nas condições que se almejam para o futuro da economia brasileira (leia-se: juros baixos)?

Até que ponto tributar a poupança (ou pelo menos parte dela) resolve o dilema de seu rendimento, nos termos como é hoje (0,5% ao mês +TR), num cenário de queda de taxa de juros? O rendimento “fixo” da poupança se deu numa época de juros elevados. O cenário ainda



CONTATOS

Tel.: (11) 5085-3590 | (21) 9419-8852

E-mail: proteste@proteste.org.br

Site: www.proteste.org.br

EXPEDIENTE:

O Boletim de Conjuntura é uma publicação bimestral da
PRO TESTE – Associação Brasileira de Consumidores

Jornalista responsável: Airam Lima Jr. (MTb 23629/SP)

se mantém, mas em patamares inferiores aos que vigoraram na época da criação das regras da poupança. O debate deve ir além. A realidade esperada para o Brasil é de taxas de juros nominais e reais bem inferiores ao que se mantém atualmente. Dessa maneira, como se sustenta uma aplicação que rende 6,17% ao ano se a torcida é para que o Brasil tenha taxas de juros abaixo disso? É preciso redesenhar o sistema e adequá-lo à nova conjuntura. E medidas como a atual não resolvem o problema. Isso acaba por gerar incertezas e desconfiças, tudo que não queremos hoje, no processo de retomada pós-crise.

Dólar cada vez mais barato

Desde o início do ano, o dólar já se desvalorizou 27% (23% a partir de maio). Entretanto, para saber qual será a trajetória do dólar para o curto e médio prazo, é fundamental olhar para alguns fatores-chave, como a tendência das taxas de juros interna e externa, a melhoria dos fundamentos econômicos de países exportadores de produtos brasileiros (em especial, as *commodities*) e a melhora da percepção dos estrangeiros sobre o Brasil em termos de ser um ambiente seguro no qual se investir.

Em relação ao primeiro aspecto, o Banco Central já promoveu uma série de cortes na taxa Selic desde o início do ano, quando a mesma estava em 13,75% e agora já está em 8,75%. Nos Estados Unidos, devido à crise econômica, os juros foram reduzidos drasticamente a uma taxa flutuante que varia de 0,25% a zero. Mesmo atualmente, quando a economia americana parece mostrar sinais de recuperação, a reação do Fed (Banco Central americano) é de manutenção dessa taxa. No mesmo sentido, o Banco Central europeu manteve a taxa em 1% ao ano como medida de estímulo à economia da região. Para o curto prazo, a tendência é que as taxas de juros de todas as regiões citadas permaneçam nesse patamar. Entretanto, com a gradual superação da crise, para 2010 a expectativa é que as taxas de juros de todas essas regiões citadas subam, inclusive no Brasil. Só que, devido à maior vulnerabilidade dos países centrais à crise econômica, a expectativa é de que o ciclo de aumentos comece primeiro no Brasil. Analistas apontam que o ciclo de aumentos da taxa no país se iniciará a partir do primeiro trimestre do ano que vem, enquanto nas outras regiões somente a partir do segundo semestre.

Outro fator de grande relevância sobre o câmbio são as *commodities*. A tendência é que, na medida em que as grandes economias – aqueles países que mais contribuem na pauta de exportações brasileiras –, comecem um movimento de recuperação da crise, a demanda por elas aumente. Com isso a oferta de dólares no país também aumentará, ocasionando a desvalorização da moeda sobre o Real. Vale lembrar que este movimento já está ocorrendo e já pode ser percebido pelas valorizações de papéis de empresas exportadoras na Bovespa e pela própria oscilação para baixo da moeda americana.

Além disso, outro fator que não pode ser ignorado é a mudança da percepção dos estrangeiros em relação ao país. Atualmente, o Brasil segue bem avaliado pelo investidor estrangeiro, que agora já tem uma maior segurança ao avaliar devido à concessão de grau de investimento por já três agências de classificação de risco (Fitch Ratings, Standard&Poor's e Moody's). O Brasil foi o primeiro país a ser elevado a grau de investimento depois da crise. Tudo isso somado à diminuição gradual de aversão ao risco em virtude da recuperação da crise aumenta o investimento estrangeiro no país.

Um acontecimento importante que interrompeu o ciclo de desvalorizações da moeda americana foi a entrada em vigor no mês passado da alíquota de 2% de IOF para investimentos estrangeiros em ações e renda fixa. No dia seguinte ao anúncio da medida, o dólar chegou a se valorizar 1,87%, e, a partir de então, voltou a entrar em trajetória de queda. Entretanto, depois do ocorrido, o mercado tem se mostrado mais cauteloso em relação às suas expectativas de fechamento da cotação da moeda até o final do ano. A maioria aposta na manutenção da cotação atual: R\$ 1,70.

Análise de vendas após a isenção do IPI

Apesar de desde outubro os carros novos, de motor de até mil cilindradas, não contarem mais com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), as vendas do setor não declinaram como se esperava. Em outubro, a venda de automóveis caiu 4,46% em relação a setembro, mês que foi o ápice de vendas durante o período da isenção do imposto. Apesar da queda, o volume de vendas é similar a de outros meses do período de isenção, e é 9,44% superior a outubro de 2008, que foi o mês em que as vendas do setor começaram a sentir os efeitos da crise financeira mundial.

Existem alguns motivos que explicam essa discreta queda do volume das vendas. Primeiramente, devemos lembrar que apesar de não existir mais isenção do imposto, até o final do ano o IPI não será reposto ao consumidor integralmente. Isto é, do início de outubro até final de dezembro ocorrerá um aumento progressivo da alíquota, até ele ser cobrado integralmente a partir de janeiro de 2010. Para os automóveis de até mil cilindradas, a taxa passou de isenta para 1,5% em outubro, 3% em novembro e passará a 5% em dezembro, até chegar à alíquota normal de 7%.

Outro motivo ainda que explica o alto nível das vendas é o elevado nível de euforia dos consumidores explicado principalmente pelos primeiros sinais da economia de recuperação da crise. Entretanto, a PRO TESTE alerta que os consumidores não devem se deixar levar somente por essa onda de euforia e pensem direitinho se vale a pena entrar num financiamento de automóveis. Tenha em mente que esse tende a ser um financiamento de longo prazo, que durante um bom período seu orçamento estará comprometido para pagar as parcelas e, com isso, sobrarão menos dinheiro para as outras despesas e seu consumo pessoal. Essa reflexão por parte do consumidor é importantíssima porque ele deve pesar que o sonho do carro novo pode custar muito caro, levando-o a acumular dívidas e assim acabar pagando muito mais do que simplesmente o valor da parcela.

Dicas da PRO TESTE

- Dê preferência, no momento, a aplicações pré-fixadas.
- Evite entrar em financiamentos de longo prazo.
- Invista em renda variável somente para o longo prazo (5 anos).
- Investimento em previdência privada só para um período a partir de 10 anos.
- Fuja do rotativo do cartão de crédito.
- Substitua dívidas com o CET maior por outras com um CET menor.